

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.349 - SC (2018/0293642-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : HANELOR BEBER
ADVOGADO : FERNANDA GUIMARÃES MARTINS E OUTRO(S) - SC042778A
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. AÇÃO COLETIVA. CONDIÇÃO DE LEGITIMADO ATIVO INDIVIDUAL. COMPROVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 199):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO. LEGITIMIDADE SINDICAL QUE BENEFICIA A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA NA BASE TERRITORIAL DA RESPECTIVA ENTIDADE SINDICAL.

1. O sindicato, como substituto processual, tem legitimidade extraordinária conferida pela Constituição (o art. 8º, III) para a defesa judicial de interesses coletivos de toda a categoria, e não apenas de seus filiados, não se exigindo apresentação de relação nominal dos filiados e autorização expressa de cada um deles para demandar em juízo, restrição aplicável apenas às associações.

2. Considerando o princípio constitucional da unicidade sindical (art. 8º, II da CF/88), a formação da coisa julgada material nos autos de ação coletiva promovida por sindicato beneficia a todos os membros da categoria nos limites da base territorial da respectiva entidade sindical.

3. No caso concreto, a sentença em ação coletiva obtida por sindicato que tem por base o Estado da Bahia não aproveita ao autor, que nunca teve ligação com aquela entidade e é residente em diverso estado da federação.

4. Verba honorária majorada para 11% sobre o valor executado (art. 85, § 11, CPC), permanecendo as obrigações decorrentes da sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º do CPC.

Em suas razões, o recorrente sustenta ofensa ao artigo 485, VI, do CPC/2015, ao fundamento de que comprovou deter legitimidade ativa para atuar no feito, já que os efeitos da ação coletiva não estão adstritos ao território do órgão prolator da decisão, bem como que comprovou a sua condição de ex-funcionário do Banco do Brasil, tendo contribuído para a respectiva Caixa de Previdência e sofrido, posteriormente, a alegada bitributação.

Ato contínuo, salienta ainda que "[...] os sindicatos detêm legitimidade para representar os interesses da categoria como um todo, nos termos do artigo 8º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, não atuando, assim, como representantes, mas sim como substitutos processuais" (fl. 213).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 235/236.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, destaque-se que controvérsia — unicidade sindical nos limites da base territorial — foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base no artigo art. 8º, II, da Constituição Federal, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Noutro passo, ainda que fosse possível superar o referido óbice, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que não estava comprovada a condição de beneficiário do ora recorrente e, por consequência, a sua legitimidade ativa para a ação individual.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, por intermédio de um cotejo entre o que fora alegado e juntado ao presente processo com o acervo do processo no qual foi proferida a decisão coletiva, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator